

## O Momento Imperial

---

“I dread our own power and our own ambition. I dread being too much dreaded | ... | It is ridiculous to say we are not men, and that, as men, we shall never wish to agrandize ourselves in some way or other | ... | We may say that we shall not abuse this astounding and hitherto unheard of power. But every other nation will think we shall abuse it. It is impossible but that, sooner or later, this state of things must produce a combination against us that may end in our ruin.”

Edmund Burke

Carlos Gaspar\*

*Agradeço a João Marques de Almeida, com quem debati o tema imperial no II Congresso da Associação Portuguesa de Ciências Políticas, o ter lido e criticado o meu texto, por cujos defeitos sou o único responsável.*

### O momento imperial 1

Os massacres terroristas de 11 de Setembro de 2001 não mudaram nada na estrutura de distribuição do poder que define o sistema internacional desde o fim da União Soviética e da guerra fria.

A posição dos Estados Unidos como a única grande potência internacional sobrevivente da competição bipolar não variou antes e depois dos atentados da Al-Qaida e, nesse sentido, para a escola realista na teoria das relações internacionais, não obstante o horror provocado pela barbaridade do terrorismo pan-islâmico, os seus ataques contra Nova York e Washington não deviam ter consequências estratégicas relevantes.

Porém, a demonstração da vulnerabilidade territorial dos Estados Unidos perante a ameaça recorrente do terrorismo catastrófico, vinda pela evocação repetida de Pearl Harbour, forçou a comunidade política norte-americana a voltar

---

\*Universidade Lusíada e Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI)

interessar-se pela política internacional, alterou a hierarquia das prioridades na política externa da administração republicana e tornou possível e imperativa a revisão da estratégia internacional da última das grandes potências. Desde o 11 de Setembro, a democracia norte-americana está em guerra contra o terrorismo internacional.

Esse processo marcou também o regresso das controvérsias políticas e ideológicas em torno da posição dos Estados Unidos no sistema internacional, a sua visão sobre o sentido da história e o destino da primeira potência revolucionária post-colonial. Esse grande debate, que podia ter sido travado logo no fim da guerra fria, é comparável aos que ocorreram na Grande Guerra, na II Guerra mundial e nos primeiros anos da Guerra fria, todos inseparáveis de viragens decisivas na estratégia norte-americana e determinantes para a feitura dos modelos inovadores de ordenamento internacional - os modelos complexos de institucionalização multilateral ou de ordenamento constitucional de uma sociedade internacional, que são a marca específica dos Estados Unidos na política internacional desde que o presidente Woodrow Wilson decidiu pôr fim à tradição isolacionista para instaurar a paz democrática universal - *“to make the world safe for democracy”* - e começar a reprodução da ordem liberal à escala mundial.

## **O momento imperial 2**

O grande debate do post-11 de Setembro pode ser delimitado por três conceitos, todos difíceis de definir e, por regra, impropriamente usados. O mais original dos três, o conceito de unipolaridade, procura no léxico do realismo estruturalista a fórmula estratégica para classificar uma situação imprevista de extremo desequilíbrio, sem precedentes na história moderna, em que a preponderância dos Estados Unidos os qualifica como uma grande

potência internacional singular. Se essa anomalia não for mais do que um momento breve de intervalo, não obriga a uma revisão da teoria das relações internacionais, mas a sua duração implica, paradoxalmente, o fim do sistema das grandes potências, por definição colectivo ou, em todo o caso, plural, e pode até antecipar a transformação da natureza das unidades constituintes do sistema internacional.

O mais opaco, o conceito de hegemonia, parte do sentido etimológico de comando militar para hesitar entre, por um lado, uma metáfora convencional da preponderância internacional de uma grande potência e, por outro lado, uma metafísica dos costumes, ou uma tendência para a homogeneização total, onde o desaparecimento das fronteiras entre as dimensões internas e as dimensões externas do sistema internacional pode pôr em causa as próprias condições da sua existência, como um conjunto de entidades autónomas soberanas e separadas que se reconhecem como tal.

O mais antigo, o conceito de império e, mais recentemente, o conceito paradoxal de república imperial, tem um significado variável, consoante as definições, que vão desde a referência trivial às extensas responsabilidades internacionais dos Estados Unidos, como deve ser próprio de qualquer grande potência conservadora, até à representação histórica de um imperialismo democrático e aos limites da unificação do sistema internacional, onde se regressa aos mitos da monarquia universal.

Os exercícios formais são os exercícios do poder : se se encontrar uma chave para o enigma da relação entre unipolaridade, hegemonia e império, talvez se possa compreender se a hegemonia unipolar corresponde a um momento imperial ou a uma mudança radical na ordem internacional.

### O momento imperial 3

#### A virtude unipolar

O conceito de unipolaridade é uma originalidade na escola estruturalista da teoria das relações internacionais. Com efeito, o enunciado canônico de Kenneth Waltz, que considera o número de pólos de poder essencial para definir a estrutura do sistema internacional, não admite a possibilidade da sua redução a um único pólo, formado por uma única grande potência<sup>1</sup>. Para os neo-realistas waltzianos, como para uma boa parte dos realistas *tout-court*, a anarquia internacional é oligopolística, um sistema de grandes potências onde existe mais do que um centro de poder<sup>2</sup>.

A negação da unipolaridade parte, simultaneamente, de três pressupostos. Primeiro, resulta da constatação empírica da sua longa ausência na história moderna, uma vez que, desde a Renascença, nenhuma grande potência dominou, isoladamente, a política internacional. Depois, decorre de uma representação conservadora da estrutura do sistema internacional, onde a multipolaridade é uma constante desde o fim do império romano, interrompida uma só vez pela divisão bipolar da Guerra fria, cujo fim anuncia o regresso irresistível à continuidade multipolar<sup>3</sup>. Enfim, assume o princípio do equilíbrio como o mecanismo essencial da estabilidade do sistema internacional e, se este tem “horror ao poder desequilibrado”, tal como a natureza ao vazio<sup>4</sup>, a preponderância solitária de uma grande potência não passa de uma ilusão e, no máximo, será uma fase de transição, à espera de uma coligação contrária das outras potências para restaurar a balança da normalidade. Por outras palavras, a unipolaridade pode existir como um tempo ou um modo de transição, ou como um “momento unipolar”, mas não há lugar na regra estruturalista para a exceção unipolar<sup>6</sup>.

Todavia, um certo número de neo-realistas<sup>7</sup> contrapõem ao dogma waltziano a persistência da exceção norte-americana. Se a teoria das relações internacionais é praxeológica, deve submeter-se a essa realidade empírica, cuja saliência parece indiscutível. Nesse quadro, o conceito de unipolaridade define uma estrutura do sistema internacional em que existe uma única grande potência que se constitui como um pólo na distribuição internacional do poder e cuja preponderância não pode ser contrabalançada por nenhuma outra potência ou coligação<sup>8</sup>.

### O momento imperial 4

Esse estatuto único e sem precedentes pertence aos Estados Unidos, que não só passaram a ser - por desistência da União Soviética, não pelas suas conquistas ou por uma forma clássica de expansão imperial norte-americana - a única grande potência internacional desde o fim da competição bipolar. De facto, os Estados Unidos detêm uma vantagem considerável sobre todas as outras potências nucleares de escala continental em todas as outras dimensões relevantes - estratégicas e militares, económicas e científicas - tão impressionante que forçou um ministro francês dos Negócios Estrangeiros a inventar a categoria de hiperpotência para uso exclusivo da hegemonia norte-americana<sup>9</sup>.

De resto, essa assimetria sem precedentes corresponde a uma tendência constante do sistema internacional nos últimos cem anos, em que uma parte cada vez maior do poder internacional está nas mãos de um número cada vez mais pequeno de grandes potências<sup>10</sup>: se a Grande guerra ainda opôs uma quantidade de potências equivalentes, na II Guerra mundial já só existia uma relativa paridade entre a Alemanha, a União Soviética e os Estados Unidos, a vitória dos dois últimos e o facto nuclear consolidou a sua hegemonia bipolar, e o fim da

Guerra fria levou essa lógica de concentração até ao limite.

A superioridade norte-americana nas principais dimensões que definem o estatuto de potência não é polémica no debate estratégico, com ressalva dos defensores da importância da União Europeia como potência económica<sup>11</sup>. Todavia, a questão fundamental está na necessidade de mostrar que essa preponderância não se resume a uma passagem conjuntural. Os defensores da tese da unipolaridade reconhecem a pertinência das críticas que representam a unipolaridade como uma forma de desequilíbrio, instável e precária, e os seus argumentos mais interessantes procuram, justamente, demonstrar as condições de durabilidade da excepção norte-americana e da ausência de uma coligação contra-hegemónica e as virtudes da unipolaridade como um modelo de estabilidade internacional.

### **O momento imperial 5**

Desde logo, a posição internacional dos Estados Unidos tem uma certa qualidade histórica, pois o significado da sua lenta emergência como a principal potência internacional só se revela quando desaparecem todos os impérios da velha Europa<sup>12</sup>. A União Soviética, como um totalitarismo falhado, não deixou de ser também o último desses antigos impérios e, nesse sentido, há uma certa unidade no ciclo de guerras do século XX. O fim desse processo dá lugar, senão a um mundo novo, pelo menos a uma nova formação histórica, na conclusão de uma sequência longa iniciada pela revolução fundadora da independência da União Americana. Os Estados Unidos são “*the first new world*” também no sentido em que estão no princípio e no fim dessa mutação: o antigo regime internacional começou a desfazer-se com a secessão das colónias americanas e os Estados Unidos acabam por ocupar a primeira

posição entre as potências num sistema internacional onde já não existem os antigos impérios europeus.

Por outro lado, a preponderância norte-americana não resulta só da concentração das assimetrias, mas também da geografia da unipolaridade. A identificação do lugar dos Estados Unidos como uma ilha continental, protegida pelos oceanos dos pântanos da história e da tirania, sinónimos da velha Europa, foi decisiva na construção da teoria isolacionista norte-americana e, neste momento, aparece, paradoxalmente, como fundamento da sua preponderância internacional. Na versão canónica, como os Estados Unidos cedo deixaram de ter qualquer rival no seu hemisfério, a fronteira marítima liberta a América dos dilemas de segurança que dominam a existência das potências na Europa ou na Ásia, e faz com que os norte-americanos não sejam obrigados a intervir, directa e imediatamente, nas guerras sucessivas das outras margens. A versão *aggiornata* acrescenta que a distância e o mar atenuam, substancialmente, as percepções externas da ameaça da hegemonia norte-americana<sup>13</sup>. Embora a massa oceânica seja cada vez menos um obstáculo à projecção de poder dos Estados Unidos, para as outras potências, concentradas na Europa e na Ásia, essa ameaça torna-se comparativamente remota perante outras mais próximas, que resultam da competição local e regional. A conjugação desses factores deve poder assegurar uma duração razoável ao predomínio unipolar: por um lado, é muito difícil contrabalançar a grande potência norte-americana, por outro lado, são escassos os incentivos para as outras potências, dispersas e rivais entre si, se mobilizarem para formar uma coligação anti-hegemónica se os Estados Unidos não representarem, ou não forem percebidos como a principal ameaça à sua posição de poder e ao seu estatuto regional ou internacional.

## O momento imperial 6

Há duas condições adicionais para consolidar o *status quo* unipolar, além da superioridade estratégica e da geografia da unipolaridade, dos efeitos moderadores da distância marítima e das percepções dos Estados Unidos como uma grande potência benigna.

A primeira condição, e a mais importante, é a tendência de regionalização e a emergência paralela de complexos regionais de segurança, nomeadamente na Europa, na Ásia Oriental e no Médio Oriente, pois esse modo de divisão do sistema internacional representa uma vantagem crucial para os Estados Unidos<sup>14</sup> e para a sua versão da estratégia de equilíbrio externa | *offshore balancing* | da potência marítima<sup>15</sup>. Por um lado, as outras potências têm de se concentrar em afirmar a sua posição de poder relativa dentro do contexto dos equilíbrios estratégicos regionais na Europa, na Ásia Oriental, no Médio Oriente, ou mesmo inter-regionais, no perímetro euro-asiático. Por outro lado, a competição local, regional e inter-regional entre as outras potências cria outras tantas oportunidades para os Estados Unidos se constituírem como o garante externo e distante de um modelo de equilíbrios regional, ou para definirem as estratégias de aliança necessárias para conter qualquer grande potência emergente que possa ser um desafio à hegemonia unipolar, ou para perpetuarem estados de desequilíbrio onde esse método pode estabilizar a sua capacidade de sobre-determinar a balança regional.

Os Estados Unidos acumularam uma experiência considerável em todos esses registos. A Aliança Atlântica é uma forma inédita de institucionalizar a sua posição como garante da paz separada entre as potências europeias - uma garantia importante enquanto as teses sobre a paz democrática e o espírito kantiano não demonstrarem a sua eficácia.

A garantia nuclear norte-americana em que assenta a segurança estratégica do Japão assegura o equilíbrio bipolar regional com a China e limita os riscos de escalada entre as duas principais potências asiáticas. No Médio Oriente, a instabilidade estável serve tanto para preservar a posição única dos Estados Unidos, simultaneamente aliado de Israel e da maior parte dos Estados muçulmanos, como para neutralizar os sucessivos candidatos à hegemonia regional e à unificação pan-árabe ou pan-islâmica, desde o Egipto ao Iraque.

Nesse sentido, a unipolaridade é mais estável num sistema internacional dividido em complexos regionais de segurança, onde a necessidade de manter a balança do poder regional tem precedência sobre o ressentimento sistémico contra a grande potência internacional.

## O momento imperial 7

A segunda condição depende da qualidade das estratégias de aliança norte-americanas. A competição bipolar tinha a virtude da simplicidade: todas as questões se podiam reduzir à lógica da oposição entre os Estados Unidos e a União Soviética. O modelo unipolar, onde se têm de enquadrar as variantes dos sistemas de equilíbrio dos complexos regionais de segurança, é muito mais complicado e pode criar, rapidamente, conflitos entre as prioridades e os alinhamentos estratégicos norte-americanos<sup>16</sup>.

Os casos mais evidentes são a expansão da Aliança Atlântica e a garantia de defesa da Formosa. No primeiro, a necessidade de consolidar a comunidade transatlântica e não deixar a União Europeia definir sozinha as fronteiras da Europa no post-guerra fria provocou crises sucessivas na relação entre os Estados Unidos e a Rússia, quando era igualmente crucial, nos primeiros anos da transição, ultrapassar, senão inverter, a desconfiança

profunda entre os adversários da Guerra fria. No segundo, os compromissos com a República da China, ainda mais importantes desde que Taiwan se transformou na primeira democracia pluralista chinesa, representam um perturbador permanente na relação entre os Estados Unidos e a República Popular da China, o único competidor estratégico continental da grande potência marítima. Os próximos casos não são menos difíceis. Se e quando o Iraque passar a ser o principal aliado regional dos Estados Unidos, e ainda mais se a ocupação anglo-americana conseguir impor aos iraquianos um regime democrático, a posição de Israel, o aliado tradicional, torna-se insustentável e pode provocar uma inversão das alianças no Médio Oriente. No outro extremo do “eixo do mal”, a necessidade de concertar com a China uma estratégia para desarmar a Coreia do Norte - uma potência nuclear renegada particularmente perigosa - pode ter como efeito criar uma dinâmica de unificação peninsular cuja condição seja a retirada das forças militares norte-americanas, um objectivo permanente da principal potência asiática, que pode substituir os Estados Unidos como o garante da integridade coreana.

A complexidade das alianças no sistema unipolar, que seria um desafio para o próprio Bismarck, tem como alternativa clássica o modelo de Castlereagh, que procurou consolidar a preeminência da Grã-Bretanha pela concertação entre as grandes potências.

## **O momento imperial 8**

A diplomacia das grandes potências, ausente da política internacional durante o século XX, regressou no fim da Guerra fria e foi decisiva na unificação da Alemanha, na guerra do Golfo e nas crises sucessivas de decomposição da União Soviética, bem como durante a década de transição,

designadamente nas guerras balcânicas, que puseram duramente à prova as relações entre os Estados Unidos, a Rússia e a Alemanha. Depois do 11 de Setembro, a campanha contra o terrorismo internacional não só reclama o empenho directo de todas as grandes potências, como revelou a existência de um forte interesse de segurança comum entre os Estados Unidos, a Rússia, a China e a Índia.

A unipolaridade não representa uma estrutura hierárquica, ou um sistema imperial, onde existe uma única grande potência : a existência de um único pólo de poder resulta da preponderância excepcional de uma grande potência, não exclui a existência de outras potências <sup>17</sup>. Nesse quadro, a unipolaridade multi-regional é mais estável se puder assentar um quadro, ou mesmo um regime de concertação entre a grande potência internacional e as outras grandes potências, que são as principais potências regionais.

Naturalmente, os defensores da tese da unipolaridade como um regime estável e virtuoso presumem que os Estados Unidos são o seu garante indispensável e uma potência conservadora. A permanência do estatuto unipolar depende da capacidade norte-americana para reproduzir o *status quo* internacional que estabeleceu a preponderância da última grande potência internacional. Porém, há sinais fortes de que os Estados Unidos podem ceder a uma tentação revisionista.

O impulso da resposta ao 11 de Setembro revelou não só a forte determinação necessária para restaurar o prestígio internacional e a segurança dos Estados Unidos, postos em causa pelo terrorismo pan-islâmico, mas também uma vontade de mudar o sistema internacional. Ainda é demasiado cedo para se poder dizer se essa vontade está circunscrita a um círculo restrito de decisores, marcados pela ideologia do internacionalismo democrático, ou se é mais profunda e já está inscrita numa estratégia de



segurança nacional e, portanto, deve ser tomada como uma orientação durável.

## O momento imperial 9

No último caso, a percepção de que os Estados Unidos se tornaram uma potência revisionista e têm uma estratégia de mudança revolucionária dos equilíbrios internacionais e regionais, bem como a determinação de recorrer ao emprego da força para impor essa linha, altera os pressupostos da tese da estabilidade unipolar, assente no domínio tranquilo de uma grande potência benevolente, relutante em intervir nos conflitos que não constituam uma ameaça séria aos seus interesses estratégicos.

Mas essa alteração radical pode ter consequências opostas, ou um efeito de *bandwagoning*, em que a estratégia de mudança revolucionária dos Estados Unidos arrasta consigo um número importante de Estados e fortalece a sua preeminência unipolar, ou um efeito conservador de restauração da balança do poder, onde uma maioria das potências relevantes, perante a ameaça à sobrevivência dos seus regimes políticos ou ao seu estatuto internacional, tenta sobrepor-se ao revisionismo norte-americano.

As duas possibilidades, de resto, apareceram no processo que culminou com a invasão do Iraque. A tendência para contrabalançar a posição dos Estados Unidos exprimiu-se, em Março de 2003, quando a Alemanha, a França, a Rússia e a China se recusaram a legitimar formalmente, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a decisão norte-americana de lançar uma guerra preventiva contra o Iraque. Mas a oposição dos quatro era variável e os Estados Unidos conseguiram desfazer o alinhamento, seguindo a linha anunciada por Condoleezza Rice - “*punish France, forget Germany, forgive Russia*” - e, seis meses depois, a Rússia já tinha mudado de campo.

Uma estratégia revisionista pode consolidar, conjunturalmente, o estatuto unipolar da República norte-americana mas as virtudes da unipolaridade só podem condicionar-se se os Estados Unidos permanecerem como uma potência conservadora e se empenharem na defesa da estabilidade.

## O momento imperial 10

### A hegemonia constitucional

O conceito de hegemonia é mais fluido e indeterminado do que o mapa ou a contabilidade dos pólos do sistema internacional, muito embora tenha afinidades óbvias com o conceito de unipolaridade.

No sentido estrito, clássico e etimológico, a hegemonia significa o comando da força militar. Nesse caso, os Estados Unidos são, sem dúvida, a potência hegemónica, como o demonstraram depois de Pearl Harbour e até ao fim da guerra fria e, uma vez mais, na campanha anti-terrorista e na invasão do Iraque, aparentemente necessárias para defender a reputação de invencibilidade das armas americanas. Dito isto, essa hegemonia militar, evidente nas estatísticas e no campo de batalha, tem uma tradução estratégica limitada, sobretudo pela presença de um certo número de outras potências nucleares, entre as quais pelo menos uma, a Rússia, detém ainda uma capacidade material de dissuasão estratégica nesse domínio crucial.

No sentido lato, moderno e dialéctico, a teoria da hegemonia marca um encontro entre as escolas neo-marxista, realista e liberal-institucionalista das relações internacionais. Os marxistas gramscianos e os realistas convergem na procura dos modos estáveis da metamorfose da força em autoridade política e reúnem-se ambos aos institucionalistas liberais para definir os modelos de ordenamento que possam transformar as formas primitivas de competição entre os Estados numa anarquia mais

temperada e dar lugar a uma sociedade internacional.

Para os marxistas modernos, a hegemonia é uma forma estável e duradoura de dominação, que depende da capacidade das forças dominantes para evitar o exercício da violência pela prática do compromisso, cujo pressuposto, na fórmula de Antonio Gramsci, é a “passagem da estrutura para a esfera das super-estruturas”, de modo a garantir o controle dos aparelhos ideológicos que moldam os valores, as normas e os comportamentos numa sociedade moderna ou no sistema internacional<sup>18</sup>. Por outras palavras, num léxico mais weberiano, a hegemonia é uma forma de poder cuja legitimidade é reconhecida, ou um sistema político onde, na frase de Rousseau, a força se transforma em direito e a obediência se torna um dever.

### **O momento imperial 11**

A teoria realista da hegemonia, segundo Robert Gilpin<sup>19</sup>, descreve o ciclo de ascensão e declínio de uma grande potência que, na sequência da vitória numa grande guerra, tem a oportunidade de construir, à sua imagem e semelhança, um modelo de ordenamento internacional para consolidar a sua posição no cimo da hierarquia internacional. A estabilidade desse estatuto depende, sobretudo, do poder da potência hegemónica, mas pode ser consolidada pelas qualidades políticas do seu modelo de ordenamento, na medida em que este seja reconhecido como legítimo. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos são dois exemplos de potências vitoriosas que impuseram uma ordem estável e duradoura, assente no direito e em instituições multilaterais, que restringem o seu próprio poder para prolongar o ciclo hegemónico.

No caso norte-americano, esse ciclo foi estranhamente dado por findo nas vésperas da sua vitória decisiva - a terceira em menos de cem anos -,

quando a União Soviética desistiu de ser um império<sup>20</sup>. Passada a surpresa, os representantes da escola liberal-institucionalista decidiram que o fim da Guerra fria demonstrava a vitória definitiva do modelo de ordenamento edificado pelos Estados Unidos entre o fim da II Guerra mundial e o princípio da guerra fria.

O “sistema americano”, na versão de John Ikenberry, resulta de dois exercícios paralelos de ordenamento internacional: por um lado, uma estratégia clássica de contenção da União Soviética, assente numa grande coligação anticomunista e, por outro lado, uma estratégia inovadora de integração política e económica para organizar as relações entre as democracias ocidentais. Desse modo, a ordem dominante é dual e as suas duas partes assentam em princípios opostos<sup>21</sup>. A parte realista prolonga a Guerra fria e garante a segurança estratégica dos aliados europeus e asiáticos dos Estados Unidos, bem como o seu acesso às universidades, às tecnologias e aos mercados norte-americanos, em contrapartida os parceiros prestam apoio diplomático, político e económico à potência hegemónica. A parte liberal prolonga Bretton Woods e o Plano Marshall e procura conter as incertezas do poder dos Estados Unidos: os europeus e os asiáticos aceitam a hegemonia norte-americana e o seu sistema estratégico, político e económico, em contrapartida os Estados Unidos aceitam uma vinculação aos seus aliados, no quadro de uma coligação institucionalizada onde se integram o conjunto das democracias pluralistas.

### **O momento imperial 12**

O modelo liberal pode responder à necessidade de conter o poder da principal potência internacional por duas ordens de razões. Por um lado, os Estados Unidos são um regime democrático e as assimetrias de poder parecem ser menos ameaçadoras e



desestabilizadoras nas relações entre democracias : a abertura política, a previsibilidade do processo de decisão e a divisão de poderes no sistema político norte-americano atenuam os efeitos da incerteza acerca do comportamento da grande potência e asseguram aos Estados menores uma certa capacidade de intervir no processo de tomada de decisões norte-americano. Por outro lado, a hegemonia norte-americana está inscrita numa arquitectura complexa de instituições multilaterais - inventadas pela diplomacia norte-americana e que reproduzem o modelo político dos Estados Unidos - , cujas regras impõem limites consideráveis ao exercício da soberania da principal potência e integrar o conjunto dos Estados na ordem liberal : a Aliança Atlântica é o melhor exemplo da criatividade do “sistema americano”, que transformou uma aliança num quadro institucional vinculativo onde se formou a comunidade política das democracias ocidentais.

A combinação entre a preponderância unipolar de uma grande potência democrática e o seu modelo internacional de ordenamento liberal fazem do “sistema americano” o caso exemplar da hegemonia gramsciana : os Estados Unidos não têm rival no campo da força estratégica militar, definem as regras e das instituições legítimas do sistema internacional e não há nenhuma alternativa relevante à ordem liberal. Em termos marxistas, é um paradigma da dominação orgânica estável, onde o controle dos aparelhos ideológicos produtores de valores e normas representa um instrumento decisivo de homogeneização política, económica e social, essencial para a reprodução sistémica.

Os liberais-institucionalistas seguem por esse caminho, quando completam a sua classificação dos tipos-ideais de ordenamento internacional com o modelo constitucional. Trata-se de uma ordem post-hegemónica, cuja estabilidade deixa de depender da demonstração da força do poder, ou do exercício

militar da supremacia estratégica da potência dominante e resulta da natureza vinculativa das regras, das normas e das instituições que subordinam o conjunto dos Estados, replicando no sistema internacional o modelo constitucional dos sistemas políticos internos. A ordem liberal do “sistema americano”, que sobreviveu ao fim da guerra fria, contra todas as previsões da escola realista, prefigura essa tendência para uma forma de ordenamento constitucional do sistema internacional <sup>22</sup>.

### **O momento imperial 13**

Essa ordem internacional emergente, uma forma possível de hegemonia constitucional, entrou em crise no dia 11 de Setembro.

Desde logo, à surpresa do ataque terrorista correspondeu a surpresa da resposta norte-americana : uma administração republicana conservadora, notoriamente oposta ao intervencionismo internacionalista dos seus predecessores democratas liberais, mudou de estratégia, de um dia para o outro, e revelou-se disposta a travar uma guerra, por todos os meios e em todos os terrenos, contra o terrorismo internacional, com um número muito restrito de aliados, escolhidos por si, caso a caso, para cada missão <sup>23</sup>. Quando as Nações Unidas proclamaram, no dia 12 de Setembro, o direito de legítima defesa dos Estados Unidos para responder à agressão terrorista, os norte-americanos disseram que esse direito lhes pertencia e não precisava de ser reconhecido. Quando a Aliança Atlântica invocou solenemente, pela primeira vez na sua história, o mecanismo legal da defesa colectiva para se colocar ao lado dos Estados Unidos na luta contra a rede terrorista da Al Qaida, as autoridades norte-americanas responderam que não precisavam da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Quando

a comunidade internacional se declarou unanimemente pronta a apoiar a luta contra o terrorismo - embora sem conseguir chegar a uma definição de terrorismo ... - os Estados Unidos passaram por cima desse coro e não hesitaram em dividir os seus aliados ao decidir uma guerra preventiva contra o Iraque. Os princípios de previsibilidade, as regras de consulta, o direito internacional e o multilateralismo ficaram todos suspensos a benefício de inventários futuros.

Há três hipóteses que se devem colocar para tentar compreender a natureza da crise do modelo liberal. Uma, saber se se trata de um intervalo, imposto pela guerra contra o terrorismo, um estado de necessidade em que prevalece um regime de exceção. Outra, se se trata de uma estratégia de resposta a uma oportunidade irresistível de reconstituir o sistema internacional para o adaptar ao regime da hegemonia unipolar. A última, se se trata de uma mudança mais profunda, cujas raízes se devem procurar na evolução interna da sociedade e do regime político norte-americano.

### **O momento imperial 14**

A primeira hipótese não pode ser excluída. O 11 de Setembro exige uma resposta decisiva para restaurar, sem margem de dúvida, a reputação e o prestígio internacional dos Estados Unidos, sem os quais a potência hegemónica não tem as condições para assegurar a estabilidade o sistema internacional. Nesse sentido, a rudeza da campanha anti-terrorista, a intervenção armada para destituir a teocracia afegã e a tirania iraquiana, ou a violação continuada da legalidade no caso dos presos de Guantanamo, podem ser interpretadas como meios de dissuasão indispensáveis para recuperar a segurança interna e a credibilidade externa dos Estados Unidos, postas em causa quando o terrorismo pan-islâmico atingiu as Twin Towers e o

Pentágono. Por outras palavras, se o 11 de Setembro se repetir, é provável que a ordem liberal não sobreviva no sistema internacional, e se se impedir a sua repetição, o regresso ao *status quo ante* não é impossível. No entanto, o regresso à política da força provoca uma crise de legitimidade do modelo liberal, como resulta da divisão entre as democracias ocidentais e da grande mobilização contra a guerra iraquiana num número importante de países europeus, cujos efeitos podem persistir e prejudicar a credibilidade da hegemonia benigna dos Estados Unidos <sup>24</sup>.

A segunda hipótese parece a mais provável <sup>25</sup>. Os institucionalistas liberais insistem no sucesso da permanência da ordem da guerra fria depois do fim da competição bipolar, que atribuem às qualidades excepcionais do “sistema americano”. Essa narrativa, porém, tem o defeito de não ter defeitos e pressupõe uma relação demasiado linear entre a invenção do modelo liberal no fim da II Guerra mundial e a vitória dos Estados Unidos contra a União Soviética. A versão liberal não reconhece que as condições excepcionais do fim da guerra fria - um caso inédito de mudança rápida e pacífica dos equilíbrios internacionais <sup>26</sup> - também podem explicar a continuidade do modelo internacional. Primeiro, o método do fim da guerra fria assentou na concertação entre os Estados Unidos e a União Soviética, indispensável para impedir uma ruptura violenta, equivalente ao fim de uma guerra convencional, mas sem a qual era difícil começar a edificar *ex novo* outra ordem internacional. Segundo, as regras e as instituições existentes serviram para garantir os acordos do fim da guerra fria, incluindo a unificação da Alemanha. Terceiro, o facto de a primeira guerra contra o Iraque ter sido travada sob a bandeira das Nações Unidas e sem oposição de nenhum dos membros permanentes do Conselho de Segurança, também jogou a favor da continuidade. Os Estados Unidos

não tiveram nenhuma oportunidade para rever o modelo de ordenamento internacional no fim da guerra fria.

### O momento imperial 15

Dito isto, a continuidade nem sempre foi exemplar durante a década de transição do post-guerra fria. A concertação entre as grandes potências, ausente do período da guerra fria, tornou-se corrente, por exemplo nos acordos para o desarmamento nuclear da Ucrânia ou nas guerras balcânicas, em quadros *ad hoc*, à margem das instituições multilaterais. A intervenção militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte contra a Sérvia e no Kosovo, em resposta a uma emergência humanitária, veio pôr em causa o princípio da soberania interna dos Estados - um princípio constitucional da ordem liberal. Essa intervenção foi uma guerra preventiva, sem autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que a ratificou *post hoc*. Em 1994, a administração democrata avaliou-se a necessidade de uma guerra preventiva para desarmar a Coreia do Norte. Os Estados Unidos, nesses bons tempos, só aceitavam o princípio da subordinação às regras do direito internacional quando tal coincidia com o interesse nacional norte-americano : a divisa de Madeleine Albright era “*multilateral when we can, unilateral when we must*”. Nesses vários sentidos, os sinais de mudança acumularam-se e prepararam a viragem do post-11 de Setembro <sup>27</sup>.

Não obstante, o 11 de Setembro criou as condições internas e externas indispensáveis e irrepetíveis para a revisão norte-americana do seu modelo de ordenamento. Essa estratégia de mudança, todavia, não é obrigatoriamente uma estratégia revolucionária e imperialista para destruir as Nações Unidas, desfazer a Aliança Atlântica e impor pela força aos incréus a democracia pluralista

de tipo ocidental. Pelo contrário, há muitas coisas no modelo internacional que são indefensáveis e devem ser emendadas, a começar pela composição dos membros permanentes do Conselho de Segurança, um arcaísmo ridículo. A defesa intransigente da ordem liberal contra os malefícios da administração republicana é um programa que só faz sentido para os tenentes mais dogmáticos do “sistema americano”, embora tenham fundamento os argumentos que apontam para uma tendência revisionista e os seus perigos : não é possível governar o sistema internacional sem alianças estáveis, não há boas alternativas à institucionalização das relações entre as grandes potências, não é sensato estabelecer a guerra preventiva como uma doutrina de intervenção e não tem qualquer credibilidade uma estratégia de destruição das tiranias <sup>28</sup>.

### O momento imperial 16

A terceira hipótese é a mais complicada. Todos podem reconhecer que a tragédia do 11 de Setembro provocou um sobressalto cívico admirável, onde a comunidade política norte-americana mostrou as suas melhores qualidades de confiança, coragem e solidariedade. A unidade nacional na luta anti-terrorista e o apoio sustentado às invasões do Afeganistão e do Iraque, não obstante um número crescente de baixas norte-americanas, são sinais de uma forte coesão interna. A administração republicana continua a ter do seu lado a maioria da opinião na campanha contra o terrorismo internacional, sem que isso diminua em nada o pluralismo e a competição democrática nos Estados Unidos, como mostram as sondagens sobre a próxima eleição presidencial, que anunciam uma luta cerrada entre os candidatos democrata e republicano.

No entanto, persiste uma dúvida. No princípio do “momento unipolar”, o principal obstáculo a uma

estratégia mais intervencionista dos Estados Unidos foi o desinteresse da opinião pública. Uma vez ganha a guerra fria, a política internacional passou para segundo plano nas prioridades da democracia norte-americana. Depois do 11 de Setembro, a situação voltou a mudar, mas num contexto ambíguo : na Guerra fria, os Estados Unidos lutavam pela liberdade, em conjunto com todas as democracias, contra uma grande potência totalitária detestável, mas agora os norte-americanos podem perguntar, perante a agressão brutal do terrorismo transnacional, por que razão não gostam de nós ?<sup>29</sup>.

Se a resposta se traduzir num ensimesmamento, num recuo interior, isso pode implicar, a prazo, um neo-isolacionismo, cujas consequências não serão menos radicais para a sobrevivência da hegemonia constitucional e da ordem liberal do que as tentações imperiais.

## O momento imperial 17

### A ficção imperial

A questão imperial é a mais interessante. Não havia um debate sobre este tema nos Estados Unidos, nem na Europa, desde a guerra do Vietnam e, tal como nos anos sessenta, há duas linhas principais nesse debate. Por um lado, a indignação da esquerda e dos liberais contra o “império da força” e a ameaça de destruição do próprio modelo institucional de ordenamento liberal criado pelos Estados Unidos entre o fim da II Guerra mundial e a Guerra fria <sup>30</sup>. Por outro lado, o entusiasmo da direita e dos conservadores perante a possibilidade da República norte-americana deixar de negar a sua natureza, ou a sua vocação original e profunda, e assumir *urbi et orbi* as virtudes do “imperialismo democrático” <sup>31</sup>. Raramente houve tanta unidade, só levemente perturbada pela variação original de uma terceira força que explica as estratégias imperiais dos Estados Unidos como uma

irracionalidade típica do declínio de uma grande potência <sup>32</sup>.

Há um consenso sólido entre os que definem os Estados Unidos como um império : trata-se de uma excepção, pois o império norte-americano não pode ser comparado nem com os impérios clássicos, nem sequer com os impérios, mais breves e tentativos, da Europa novecentista, passem as afinidades possíveis entre os impérios marítimos. Desse modo, o império norte-americano é sempre um império com adjectivos : é virtual, ou informal, ou benigno, ou compulsivo, ou incoerente, ou democrático, ou liberal, tudo menos um império *tout court* <sup>33</sup>.

De facto, os Estados Unidos não são um império *tout court*, não por serem excepcionais mas por não serem um império. Desde logo, a sua preponderância resulta mais da fraqueza dos outros do que da sua força - o regime comunista russo não se suicidou por causa da expansão militar ou de uma invasão norte-americana, se as potências europeias tivessem interpretado a sua vitória na guerra fria como uma ameaça não deviam ter reduzido os seus orçamentos de defesa e acumulado atrasos irrecuperáveis nas tecnologias militares. Por outro lado, a principal potência internacional não domina os outros Estados, a começar pelos seus aliados e incluindo os mais dependentes, como o demonstra a recusa da Turquia em participar ao lado dos norte-americanos na guerra iraquiana. Por último, e sobretudo, a vontade imperial da comunidade política norte-americana continua por demonstrar e, para se impor, teria de provocar uma mudança profunda do regime e da cultura democrática dos Estados Unidos.

## O momento imperial 18

Há, porém, uma hipótese alternativa sobre a ressurgência imperial que não repete os lugares comuns do debate convencional sobre a política

norte-americana. Nessa versão a ordem liberal é apresentada como a restauração do *imperium* da república europeia oitocentista e o império republicano do século XXI seria a reprodução da república iluminista, a ordem kantiana que regressa, depois do fim de um ciclo terrível de guerras e revoluções, protegida pela hegemonia internacional dos Estados Unidos<sup>34</sup>. Por outras palavras, passe a ironia, a nova ordem imperial é a velha Europa, o *imperium* republicano, com um centro imperial e uma ordem constitucional que se estende a múltiplos territórios, incluindo, certamente, o conjunto dos Estados onde reina a paz separada das democracias liberais.

Essa formulação tem um problema dogmático. Só há dois tipos-ideais de ordenamento internacional - a hierarquia e a anarquia. O primeiro corresponde ao modelo do império, em que o centro impõe a sua autoridade, com maior ou menor legitimidade, às outras unidades políticas territoriais, cuja subordinação torna possível a unificação de um sistema mundial. O segundo corresponde ao modelo do sistema internacional, fragmentado em unidades separadas autónomas, mais ou menos soberanas. Entre os dois extremos, existem múltiplas formas de ordenamento, passando por anarquias variavelmente temperadas e outras sociedades internacionais lockeanas. Consoante o tempo e o modo, os sistemas internacionais conhecidos correspondem a essas fórmulas intermédias, mas no *continuum* que liga o pesadelo da bestialidade hobbesiana à harmonia universal kantiana não há lugar para uma ordem imperial formada por uma pluralidade de Estados independentes : a soberania do império é, por definição, universal e exclusiva, a autonomia soberana dos Estados implica uma fragmentação anárquica, incompatível, também por definição, com a hierarquia imperial.

Nesse sentido, o velho *imperium* da república europeia de Burke e Montesquieu é um não-império e o império liberal norte-americano é uma ficção.

## O momento imperial 19

Tocqueville dizia que nas aristocracias havia poucas palavras novas por haver poucas coisas novas e nas democracias se usavam palavras velhas para as coisas novas : “*Les peuples démocratiques, en doublant ainsi le sens d’un mot, rendent quelquefois douteux celui qu’ils lui laissent et celui qu’ils lui donnent*”<sup>35</sup>. É possível que seja preciso inventar um conceito novo para a preponderância internacional dos Estados Unidos, mas quando se usa uma palavra velha para a classificar, o conceito de império torna-se opaco.

Para lá do exercício das definições, que nunca se deve considerar irrelevante, fica a impressão forte de um momento imperial, imposta pelas palavras e pelos actos da administração norte-americana, sobretudo desde o 11 de Setembro.

Desde logo, mau grado os sinais antecipadores das mudanças, o contraste entre a comparativa contenção dos Estados Unidos na primeira década do post-guerra e a dinâmica militante da campanha contra o terrorismo internacional, incluindo as invasões do Afeganistão e do Iraque, com ou sem consentimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas, força o reconhecimento de um momento imperial. Por certo, não é o primeiro na sua história : a União Americana constituiu-se com a forte determinação de se expandir, como o demonstraram a aquisição da Louisiana, em 1803, a guerra de 1812 e, mais tarde, as guerras contra o México. No mesmo sentido, o partido imperial, com Theodore Roosevelt, comandou a política norte-americana no final do século XIX, entre a guerra contra a Espanha, a ocupação das Filipinas, a construção do Canal do Panamá e a revisão da doutrina Monroe. Na Grande Guerra, a tese internacionalista de Woodrow Wilson, que justificou a entrada na guerra com o programa da paz democrática e a formação da Sociedade das



Nações, revelou uma concepção milenarista e universalista sobre a missão dos Estados Unidos. Essa visão profunda reproduziu-se, no fim da II Guerra mundial, primeiro com Franklin Roosevelt, a Carta do Atlântico, as instituições de Bretton Woods e a Organização das Nações Unidas, depois com a doutrina Truman, no sentido em que a estratégia de contenção da União Soviética assentava na união das democracias ocidentais, bem como no fim da guerra fria, que confirmou o programa wilsoniano como o modo de legitimação da crescente projecção e da hegemonia unipolar dos Estados Unidos.

### **O momento imperial 20**

Há um padrão nessa sequência : uma vez completada a demarcação do seu território no continente americano, os Estados Unidos recuaram sempre perante a tentação imperial. Não quiseram receber Cuba, nem colonizar as Filipinas, nem ocupar permanentemente nenhuma das repúblicas latino-americanas onde se sentiam obrigados a intervir com regularidade, não quiseram ficar na Europa no fim da Grande guerra, e só em circunstâncias extremas foi possível impor a sua permanência militar nas linhas de demarcação bipolar, durante a guerra fria, nos termos dos acordos multilaterais e bilaterais que definem a sua relação com os aliados europeus, na frente ocidental, e o Japão, a Coreia do Sul e a Formosa, na frente oriental. Mas não há nenhuma garantia de que esse reflexo de contenção se repita sempre e em cada caso.

Por outro lado, a nova doutrina de segurança nacional | 36 | tem um enunciado imperial, quando declara uma oposição incondicional dos Estados Unidos ao terrorismo e às tiranias. A tese do internacionalismo democrático, proposta por um Presidente republicano e conservador, evoca a visão

liberal wilsoniana - um “*wilsonisme botté*”, um “wilsonismo de botas cardadas”, na fórmula de Pierre Hassner -, onde o fim definitivo da guerra, a paz democrática e o cumprimento da missão internacional dos Estados Unidos formam um todo indissociável. Porém, a tradução desse princípio admirável num programa estratégico consequente significaria uma revolução nas relações internacionais e um estado de guerra permanente, típico de uma potência imperial revisionista e incompatível com as responsabilidades de uma grande potência conservadora na garantia de um ordenamento estável. No mesmo sentido, colocar a estratégia norte-americana de neutralização dos programas de armas de destruição massiça no Iraque, no Irão e na Coreia do Norte - um objectivo partilhado por todas as pessoas de bom senso - sob o signo da luta contra o “Eixo do mal” implica transportar para o campo das relações entre os Estados uma luta infinita entre o bem e o mal e, portanto, recusar os limites impostos nas relações internacionais pela lógica dos interesses nacionais. Naturalmente, a retórica política, sobretudo nas democracias, pode querer dizer exactamente o contrário do que está a dizer, mas as palavras também têm consequências.

### **O momento imperial 21**

Por último, a doutrina da guerra preventiva, que substitui a doutrina da dissuasão estratégica, completa a anulação do principio da soberania westfaliana, já bastante perturbado pelos exercicios juridicos e militares de ingerência humanitária e de mudança dos regimes politicos pela intervenção externa das grandes potências. Mais uma vez, não se trata de negar a legitimidade da guerra preventiva, que pode ser uma guerra justa e necessária, com ou sem ameaça terrorista e com ou sem o selo de aprovação das Nações Unidas ou da Aliança



Atlântica<sup>37</sup>. Porém, transformar a exceção imposta pela necessidade em regra de intervenção contra os Estados autocráticos, onde os suspeitos de desenvolver armas de destruição massiva são a primeira etapa, pressupõe um sistema internacional onde o princípio da soberania só se aplica aos Estados com regimes democráticos e, mais rigorosamente, se aplica só a quem puder decidir quais são os Estados realmente democráticos.

No limite, a fronteira essencial entre o domínio interno dos Estados e a política internacional deixa de existir e, desse modo, fica aberto o caminho para substituir a anarquia internacional por uma hierarquia imperial<sup>38</sup>.

Há três tipos de obstáculos a essa deriva. O primeiro é a resistência externa à lógica imperial de uma grande potência, cujo sentido relevante se deve procurar na definição das fórmulas estratégicas de equilíbrio, bem como das regras e das instituições internacionais indispensáveis para limitar um poder excessivo e sem contrapesos. O segundo é o entendimento racional dos limites do poder da hegemonia unipolar, de resto muito incompleta na Ásia oriental, e que não pode dispensar sempre as fórmulas da legitimidade necessárias para a estabilidade da ordem internacional. O terceiro e o mais importante é a resiliência das instituições republicanas e da comunidade política norte-americana, que travou sempre, no passado, as derivas imperiais dos Estados Unidos. De certo modo, essa inércia está inscrita na fundação da união americana, que se constituiu contra o domínio imperial externo e como uma forma de rejeição constitucional dos impérios, reconhecidos pelos federalistas como os piores inimigos da liberdade. Se esse contexto não perdeu validade, o “império da liberdade” norte-americano é e continuará a ser, como a velha Europa, um não-império.

## O momento imperial 22

Na sua monografia americana, escrita para o outro debate sobre o império americano, Raymond Aron explicou que a diferença essencial entre a república e o império era o regime político<sup>39</sup> e, se a sua lição ainda for válida, enquanto a República imperial norte-americana for uma democracia pode ser um quase-império, com um Presidente que é um quase-imperador, mas não é um império, muito menos uma potência imperialista. Se e quando o for, segundo a previsão de Montesquieu, não sobrevive a democracia: “*l’empire perdra la république*”.

Resta, pois, aos Estados Unidos e aos seus aliados encontrar os modos mais avisados para definir um quadro de segurança e de estabilidade onde se possa garantir a sobrevivência da comunidade das democracias. Talvez os possam procurar nas fórmulas dos regimes mistos, onde tenham lugar a unipolaridade norte-americana e a multipolaridade regional, a hegemonia dos Estados Unidos e o concerto entre as grandes potências, a força da principal potência internacional e a legitimidade da ordem liberal.

### Notas

<sup>1</sup> Kenneth Waltz (1979). *Theory of international politics*. Nova York : McGraw-Hill.

<sup>2</sup> Raymond Aron (1962). *Paix et guerre entre les nations*. Paris : Clamann-Levy. Hedley Bull (1977). *The anarchical society*. Nova York : Columbia University Press.

<sup>3</sup> Kenneth Waltz (1993). “The emerging structure of international politics”. *International Security* 18 | 2 | : 44-79.

<sup>4</sup> Kenneth Waltz. Structural realism after the cold war in G.John Ikenberry, editor (2002). *America unrivaled. The future of the balance of power* : 52. Ithaca : Cornell University Press.

<sup>5</sup> Charles Krauthammer (1990). “The unipolar moment”. *Foreign Affairs* 70 : 23-33.

<sup>6</sup> Ver também Christopher Layne (1993). “The unipolar illusion : why new great powers will arise”. *International Security* 21 | 4 | : 44-98.

<sup>7</sup> Michael Mastanduno (1997). “Preserving the unipolar moment : realist theories and U.S. grand strategy after the cold war”. *International Security* 21 | 4 | : 44-79. William Wohlforth (1999). “The stability of the unipolar world”. *International Security* 24 | 1 | : 5-41.

- <sup>8</sup> William Wohlforth (1999). Ver também William Wohlforth. U.S. strategy in a unipolar world in G. John Ikenberry, editor (2002) : 98-120.
- <sup>9</sup> Sobre o conceito francês de hiperpotência e os seus corolários, cf. Hubert Védrine, Dominique Moisi (2000). *Les cartes de la France à l'heure de la mondialisation* : 8-16. Paris : Fayard. As contas da assimetria entre as grandes potências do post-guerra fria foram apresentadas, entre outros, por G. John Ikenberry (2001). "Getting hegemony right". *National Interest* 1 : 17-18.
- <sup>10</sup> Martin Wight (1978, 1995). *Power politics* : 54. Londres : Leicester University Press.
- <sup>11</sup> David Calleo (2001). *Rethinking Europe's future*. Princeton : Princeton University Press. Ver também Charles Kupchan (2003). *The end of the American era*. Nova York : Knopf.
- <sup>12</sup> G. John Ikenberry. American unipolarity : the sources of persistence and decline in G. John Ikenberry, editor (2002) : 287-288.
- <sup>13</sup> William Wohlforth in G. John Ikenberry, editor (2002) : 107.
- <sup>14</sup> A tendência de regionalização no post-guerra fria começou por ser uma previsão de John Lewis Gaddis (1992). *The United States and the end of the cold war* : 193-215. Nova York : Oxford University Press. As modernas teorias da regionalização do sistema internacional foram formuladas por Barry Buzan. Ver, entre outros, Barry Buzan, Ole Waever (2004). *Regions and powers*. Cambridge : Cambridge University Press.
- <sup>15</sup> O defensor mais consistente da versão norte-americana da estratégia britânica de *offshore balancing* no debate do post-guerra fria é Christopher Layne. Ver Christopher Layne (1998). "Rethinking American grand strategy". *World Policy Journal* 15 | 2 | : 8-28. Christopher Layne (2002). "Offshore balancing revisited". *Washington Quarterly* 25 | 2 | : 233-248. O enunciado original pertence a Nicholas John Spykman (1942). *America's strategy in world politics*. Nova York : Harcourt, Brace and Company.
- <sup>16</sup> Stephen Walt (2002). "American primacy : its prospects and pitfalls". *Naval War College Review* LV | 2 | : 20
- <sup>17</sup> William Wohlforth (1999) : 9.
- <sup>18</sup> O primeiro exercício de transferência da teoria da hegemonia gramsciana para a teoria das relações internacionais é de Robert Cox (1983). Gramsci, hegemony, and international relations : an essay in method rp. in Robert Cox, Timothy Sinclair (1995). *Approaches to world order* : VII : 124-143. Cambridge : Cambridge University Press.
- <sup>19</sup> Robert Gilpin (1982). *War and change in world politics*. Cambridge : Cambridge University Press.
- <sup>20</sup> Paul Kennedy ficou famoso pela sua tese do declínio dos Estados Unidos, publicada em 1988, no início da revolução europeia que termina com o fim da União Soviética. Paul Kennedy (1989). *The rise and fall of the great powers*. Londres : Fontana. No debate do post-11 de Setembro, ninguém lhe fica atrás na re-avaliação da potência norte-americana. Ver *inter alia* Paul Kennedy (2002). "The greatest superpower ever". *New Perspectives Quarterly* 19 | 2 |.
- <sup>21</sup> Sobre as duas estratégias, ver G. John Ikenberry (1996). "The myth of post-cold war chaos". *Foreign Affairs* 75 | 3 | : 79-91.
- <sup>22</sup> Sobre os tipos-ideais de ordem internacional, ver G. John Ikenberry (2000). *After victory. Institutions, strategic restraint and the building of order after major wars*. : 21-49. Princeton : Princeton University Press.
- <sup>23</sup> Sobre a versão inicial da política externa da administração Bush ver Condoleezza Rice (2000). "Promoting the national interest". *Foreign Affairs* 79 | 1 | : 45-62. Sobre a mudança dessa política, ver Ivo Daalder, James Lindsay (2003). *America unbound. The Bush revolution in foreign policy*. Washington : Brookings Institution. Para acompanhar a evolução da administração de George W. Bush depois dos atentados ver também Bob Woodward (2002). *Bush at war*. Nova York : Simon&Schuster. A crónica da crise entre os Estados Unidos e os aliados europeus foi feita, num primeiro esboço, por William Shawcross (2004). *Allies. The U.S., Britain, Europe, and the war in Iraq*. Nova York : PublicAffairs.
- <sup>24</sup> O tema é desenvolvido por Robert Kagan na introdução da última edição de *Power and weakness*, cujo título é, justamente, *American power and the crisis of legitimacy*. Robert Kagan (2004). *Of paradise and power. America and Europe in the new world order*. Nova York : Vintage.
- <sup>25</sup> Este tema está desenvolvido em Carlos Gaspar (2003). A guerra fria acabou duas vezes". *Nação e Defesa* II | 105 | : 141-176. Pelo contrário, João Marques de Almeida entende como mais plausível o caso do estado de necessidade.
- <sup>26</sup> Ponto sublinhado por Robert Jervis (1997). *Systems effects : complexity in political and social life* : 95. Princeton : Princeton University Press.
- <sup>27</sup> Vasco Rato defende o tema da continuidade na política externa norte-americana em Vasco Rato, João Marques de Almeida (2004). *A encruzilhada. Portugal, a Europa e os Estados Unidos*. Lisboa : Bertrand. Posteriormente, Robert Kagan apresentou os seus argumentos no mesmo sentido, no prefácio citado à próxima edição de *Power and weakness*.
- <sup>28</sup> As posições críticas mais estruturadas e interessantes são as de Pierre Hassner e G. John Ikenberry. Ver Pierre Hassner (2002). *The United States : the empire of force or the force of empire?* Paris : Chaillot Papers # 54. G. John Ikenberry (2002). "America's imperial ambition". *Foreign Affairs* 81 | 5 | : 44-60.
- <sup>29</sup> Stanley Hoffmann. "Why don't they like us ?" *American Prospect*, 19 de Novembro de 2001.
- <sup>30</sup> As posições liberais contra as tentações imperiais, ou contra o império americano incluem, entre outros, além de Pierre Hassner e G. John Ikenberry, Ivo Daalder, James Lindsay, Chalmers Johnson, Michael Mann e Stanley Hoffmann. Outros liberais, como Michael Walzer ou Joseph Nye são contra a tese imperial. Ver Pierre Hassner, Justin Vaisse (2003). *Washington et le monde*. Paris : Ceri-Autrement. G. John Ikenberry (2002). Ivo Daalder, James Lindsay. "American empire ? Not 'if' but 'what kind'", *New York Times*. 10 de Maio de 2003. Chalmers Johnson (2004). *The sorrows of empire. Militarism, secrecy and the end of the Republic*. Nova York : Metropolitan Books. Michael Mann (2004). *Incoherent Empire*. Nova York : Verso. Stanley Hoffmann, Frédéric Bozo (2003). *L'Amérique vraiment impériale ?* Paris : Audibert. Ver ainda Joseph Nye (2001). *The paradox of American power*. Nova York : Oxford University Press. Michael Walzer (2003). "American empire ?" *Dissent*.
- <sup>31</sup> Entre os primeiros entusiastas do império incluem-se Max Boot e Niall Ferguson, que estimularam o debate imperial nas vésperas da invasão do Iraque. Mas uma parte dos neo-conservadores, incluindo Robert Kagan e William Kristol, desistiram de teses anteriores sobre o "império benigno" e passaram para o campo que nega a tendência imperial. Robert Haass parece ter feito um percurso paralelo. Ver Max Boot. "American imperialism ? No need to run away from a labor", *USA Today*, 6 de Março de 2003. Niall Ferguson. "The empire that dare not speak its name", *Sunday Times*, 13 de Abril de 2003. Ver também Niall Ferguson (2004). *Colossus. The price of America's empire*. Nova York : Penguin Books. A viragem de Robert Kagan é clara no seu debate com Niall Ferguson no American Enterprise Institute, em 17 de Julho. Ver a transcrição

do debate sobre o tema *The United States is and should be an empire* em [www.aei.org/include/event/print.asp?eventID=428](http://www.aei.org/include/event/print.asp?eventID=428). Ver também Robert Kagan. “America as a global hegemon”, *In the National Interest*, 23 de Julho de 2003.

<sup>32</sup> Emmanuel Todd (2002). *Après l’empire. Essai sur la décomposition du système américain*. Paris : Gallimard. Immanuel Wallerstein e, de certa maneira, Charles Kupchan, vão no mesmo sentido, mas sem uma veemência comparável.

<sup>33</sup> Por essa ordem, ver Martin Walker (2002) “America’s virtual empire” rp in Andrew Bacevich, editor (2003). *The imperial tense*. : 134-145. Chicago : Ivan R. Dee. Richard Haass. *Imperial America*. Atlanta Conference, 11 de Novembro de 2000. Robert Kagan (1998). “The benevolent empire”. *Foreign Policy* 111 : 24-35. Robert Jervis (2003). “The compulsive empire”. *Foreign Policy* 4 : 83-87. Michael Mann (2004). Stanley Kurtz (2003). “Democratic imperialism : a blue print”. *Policy Review* 3 : 3-20. No capítulo liberal, existem vários candidatos, incluindo Jedediah Purdy (2003). “Liberal empire : assessing the arguments”. *Ethics and International Affairs* 17 | 2 | ou David Rieff (1999). “A new age of liberal imperialism” rp in Andrew Bacevich, editor (2003) : 10-19. Naturalmente, a autoria da versão original do império liberal continua a pertencer a Louis-Napoléon. Ver também, em geral, sobre o tema do excepcionalismo norte-americano Stanley Hoffmann (2003). “La nouvelle version de l’exceptionnalisme américain”. *Esprit* 292 : 6-20.

<sup>34</sup> A tese de João Marques de Almeida foi apresentada no II Congresso da Associação Portuguesa de Ciências Políticas, e recupera um tema desenvolvido na sua tese de doutoramento na London School of Economics. Posteriormente, o tema do império tornou-se pretexto para uma troca de cartas. Ver Carlos Gaspar e João Marques de Almeida (2004). “A ideia de império no post-guerra fria”. *Relações Internacionais* I | 1 | : 85-90.

<sup>35</sup> Alexis de Tocqueville (1840). *De la Démocratie en Amérique* II: 8.

<sup>36</sup> As intervenções do Presidente dos Estados Unidos que definem a nova doutrina de segurança nacional estão acessíveis em [www.whitehouse.org](http://www.whitehouse.org). Ver também Philip Zelikow (2003). “The transformation of national security. Five redefinitions”. *National Interest* 71 : 17-28. Ver ainda as análises críticas de Pierre Hassner (2002). Ivo Daalder, James Lindsay (2003). François Heisbourg (2003). “A work in progress : the Bush doctrine and its consequences”. *Washington Quarterly* 26 | 2 | : 75-88. Edward Rhodes (2003). “The imperial logic of Bush’s liberal agenda”. *Survival* 45 | 1 | : 131-154. Robert Jervis (2003). “Understanding the Bush doctrine”. *Political Science Quarterly* 118 | 3 | : 365-388. Jean-Yves Haine (2004). *Les Etats-Unis ont-ils besoin d’alliés?* Paris . Payot.

<sup>37</sup> Mesmo à esquerda, essa legitimidade é defendida, como no caso de Michael Walzer, em 1999, acerca de uma possível guerra contra o Iraque, enquanto do lado conservador há reservas firmes, como as de Paul Schroeder. Ver Michael Walzer (1999) “The Lone Ranger”. *American Prospect*. Paul Schroeder (2002). “Iraq : the case against preemptive war”. *The American Conservative* em [www.amconmag/10\\_21/Iraq.html](http://www.amconmag/10_21/Iraq.html).

<sup>38</sup> Pierre Hassner (2002) .

<sup>39</sup> Raymon Aron (1973). *La République impériale. Les Etats-Unis et le monde (1945-1972)* : 261. Paris : Calmann-Lévy.